



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS
CAMPUS VII - SUMÉ-PB

MARIA RAQUEL BATISTA LÊLA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DO PROJÓVEM CAMPO-SABERES DA
TERRA NA CIDADE DE SUMÉ-PB: Perspectivas e desafios**

Sumé – PB
2017

MARIA RAQUEL BATISTA LÊLA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DO PROJovem CAMPO-SABERES DA
TERRA NA CIDADE DE SUMÉ-PB: Perspectivas e desafios**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como requisito para a obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima

Sumé - PB

2017

L537p Lêla, Maria Raquel Batista.

Políticas públicas de gestão do Projovem campo-saberes da terra na cidade de Sumé-PB: perspectiva e desafios. / Maria Raquel Batista Lêla. - Sumé - PB: [s.n], 2016.

50 f.

Orientadora: Profa. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano.

1. Educação. 2. Escola Pública. 3. Políticas Públicas. I. Título.

CDU: 374.7

(043.1)

MARIA RAQUEL BATISTA LÊLA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DO PROJovem CAMPO-SABERES DA
TERRA NA CIDADE DE SUMÉ-PB: Perspectivas e desafios**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia
Solidária no Semiárido Paraibano, como requisito para a
obtenção do título de Especialista

Aprovado em: ____ / ____ / 2017

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. LENILDE MÉRGIA RIBEIRO LIMA - UAEB/UFMG
(Orientadora)

Profa. Dra. LÍGIA MARIA RIBEIRO LIMA - DESA/UEPB
(Examinadora 1)

Profa. Dra. VERA LÚCIA MEIRA DE MORAIS - DQ/UEPB
(Examinadora 2)

DEDICATÓRIA

À minha amada filha Isabella, que é a razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Para trilhar esse caminho, contei com ajuda de muitas pessoas que diretamente ou indiretamente contribuíram para que eu conseguisse êxito neste trabalho.

Agradeço primeiramente a Deus, por me guiar em todos os momentos.

Ao meu esposo Daniel Lêla, que de maneira especial me deu forças e apoio para que não desistisse.

À minha amada filha Isabella, que é a razão do meu viver.

Aos meus pais Luizinho e Edileusa, que são os meus exemplos de vida e estão sempre na torcida para que seus filhos progridam na vida.

Aos meus nove irmãos: Edileide, Lulinha, Rangel, Lindonberto, Alexandre, Maria José, Lucileide, Alberto e Dery.

A toda minha família pela motivação.

À minha orientadora, Profa. Dra. LenildeMérgia Ribeiro Lima, que foi o meu braço amigo e aceitou me orientar em todas as etapas deste trabalho.

Aos professores e colegas de Curso, todos foram de extrema importância para realização e finalização deste trabalho.

À equipe que faz parte do programa Projovem Campo – Saberes da Terra da cidade de Sumé- PB

A todos que torceram e colaboraram para a realização deste trabalho.

“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino”.

Paulo Freire

RESUMO

LÊLA, Maria Raquel Batista. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DO PROJovem CAMPO-SABERES DA TERRA NA CIDADE DE SUMÉ-PB: Perspectivas e desafios.** Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como requisito para a obtenção do título de Especialista. (UFCG/CDSA), Sumé, 2017.

As políticas públicas são constituídas por programas e ações no âmbito do governo (seja nacional, municipal ou estadual) que objetivam assegurar o direito à cidadania de diversos grupos da sociedade civil. Dentre elas, destaca-se o Projovem Campo-Saberes da Terra, que oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. Dessa forma, este trabalho teve como objetivo analisar o funcionamento das políticas públicas de gestão do Projovem Campo-Saberes da Terra no município de Sumé-PB. A abordagem quali-quantitativa contribuiu para a compreensão do objeto e para tabular alguns resultados de investigações realizadas a partir de informações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com educadores e educandos do programa, analisando-se as políticas públicas referentes ao repasse dos recursos. Observou-se que a ausência de cumprimento por parte do Governo Federal em relação ao recurso que norteia o programa fragiliza as condições do trabalho pedagógico nas escolas do Projovem, embora o perfil dos educadores formados em Licenciatura em Educação do Campo mantenha a identidade e os requisitos exigidos no programa. Diante do exposto conclui-se que a organização do programa depende do repasse feito pelo Governo Federal, que porventura atrasa e não chega no tempo devido, desestruturando assim o calendário do programa, além de aumentar o número de desistência por parte dos educandos, interferindo inclusive nas políticas públicas educacionais do programa.

Palavras-chave: Políticas públicas. Projovem Campo-Saberes da Terra. Educação de Jovens e Adultos

ABSTRACT

LÊLA, Maria Raquel Batista. **PUBLIC POLICIES OF MANAGEMENT OF PROJOVEM CAMPO-SABERES DA TERRA IN MUNICIPALITY OF SUMÉ-PB: Perspectives and Challenges.** Monograph presented to Postgraduate Course in Youth and Adult Education with Emphasis in Solidarity Economy in Paraíba's Semi-arid, as a requisite for obtaining Specialist title. (UFCG/CDSA), Sumé, 2017.

Public policies are constituted by government programs and actions (whether national, municipal or state) that aim at ensuring right to citizenship of various civil society groups. Among these, we highlight Projovem Campo-Saberes da Terra, which offers professional qualification and schooling to young family farmers aged 18 to 29 who have not finished elementary school. Thus, this work aimed to analyze functioning of public policies of Projovem Campo-Saberes da Terra in municipality of Sumé-PB. Qualitative-quantitative approach contributed to understanding of object and to tabulate some results of investigations carried out from information from National Fund for Education Development (FNDE), with educators and students of program, analyzing public policies related to the transfer resources. It was observed that lack of compliance on part of Federal Government regarding resource that guides program weakens conditions of pedagogical work in Projovem schools, although profile of educators graduated in Field Education Degree maintain identity and requirements required in the program. In view of above, it is concluded that organization of program depends on transfer made by Federal Government, which is delayed and does not arrive in due time, thus disrupting program schedule, in addition to increasing number of students dropping, interfering including in educational public policies of program.

Keywords: Public policies. Projovem Campo-Saberes da Terra. Youth and Adults Education

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OBJETIVOS	12
2.1 OBJETIVO GERAL	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	13
3.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	15
3.3 PROJovem CAMPO-SABERES DA TERRA: BREVE CONTEXTO.....	18
4 ABORDAGEM METODOLÓGICA	22
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31
APÊNDICES	33
APÊNDICE A – Questionário aplicado aos discentes	33
APÊNDICE B – Questionário aplicado aos docentes	34
APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido	35

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferece ao seu público alvo a oportunidade de inseri-lo em um novo mundo de conhecimento. Dessa forma, é necessário que haja mais reconhecimento da importância destes educandos, para que eles possam desenvolver suas competências da melhor forma possível. Para que isso aconteça, se faz necessária uma análise a respeito das políticas públicas de gestão que acompanham este ensino, analisando de uma maneira mais ampla, se essas políticas cumprem o que está previsto na sua organização e se trazem os subsídios necessários para se trabalhar com esse público. Para Secchi (2012), entende-se que política pública é uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público. Acredita-se que a afirmação das políticas públicas de gestão fortalece a permanência dos educandos na sala de aula.

As políticas públicas são fruto de uma pluralidade de forças sociais, sendo o principal instrumento para coordenar programas e também ações públicas para concretizar os direitos. Esse discurso não deve ficar somente na fala ou somente no papel, deve se efetivar. Tais políticas vêm para contribuir com os direitos das pessoas e grupos sociais diversos e, em função disso, são universais. Não surgem para privilegiar ninguém, e sim para garantir direitos aos cidadãos que durante muito tempo foi marginalizada em uma sociedade que se diz democrática (GOHN, 2011).

Segundo Silva (2011), o Projovem Campo-Saberes da Terra surge de uma proposta da educação do campo. Sendo assim, se faz necessário entender como funciona esse programa e se de fato suas políticas públicas vêm trazendo os subsídios necessários para esse público, pois é importante que os jovens camponeses tenham condições de permanecer no seu lugar de origem

Grandes lutas aconteceram e ainda acontecem para que de fato isso seja consolidado. A luta por uma educação do campo e da EJA vem sendo travada há anos, considerando a necessidade de promover a inclusão de atividades curriculares e pedagógicas direcionadas para um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário no campo, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB Nº 1 de 03/04/2002) (SILVA, 2011).

Nesta perspectiva, analisar de forma crítica se de fato os recursos do programa estão sendo suficientes para suprir as necessidades dos sujeitos diante da realidade e do contexto em que vivem é um imperativo para o desenvolvimento da sociedade. A EJA precisa compor um

sistema educativo no qual o aluno e o meio sociocultural devem estar absolutamente articulados.

A partir desta realidade, este trabalho problematiza as políticas públicas de gestão no que se refere ao financiamento dos recursos que são repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Ministério da Educação (FNDE/MEC) para os municípios desenvolverem o programa Projovem Campo-Saberes da Terra, ou seja, para implementação das turmas, para as formações continuadas, pagamentos dos profissionais, bolsas dos educandos, entre outros gastos. Será analisada apenas a questão do repasse dos recursos por parte da gestão do Projovem Campo-Saberes da Terra, do município de Sumé-PB, com o intuito de contribuir para o fortalecimento dessa modalidade de ensino, que engloba uma educação popular trazida por esses jovens.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o funcionamento das políticas públicas de gestão do Projovem Campo-Saberes da Terra no município de Sumé-PB.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estudar as políticas públicas de gestão que fazem parte do Projovem Campo-Saberes da Terra, no município de Sumé-PB;
- Investigar a funcionalidade das políticas públicas de gestão do Projovem Campo no município;
- Determinar se, de fato, a gestão do Projovem cumpre com as suas demandas no programa.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Entendem-se políticas públicas como instrumento ou conjunto de ação dos governos (SOUZA, 2006), ou uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público (SECCHI, 2012).

Estes conceitos são um norte para adentrar e verificar se a ação que foi elaborada pelo Governo Federal está colaborando para enfrentar os problemas presentes na EJA, mais precisamente no Projovem Campo. Para Rodrigues (2011), a eficácia das políticas públicas depende do grau de eficiência da gestão que, por sua vez, implica não apenas na qualidade dos gestores para exercer seu ofício público, mas também num ambiente de atuação que favoreça a governança democrática e a responsabilização política.

Sendo assim, percebe-se que a gestão desempenha um papel fundamental para que as políticas públicas obtenham êxito, sendo importante consideraras necessidades sociais e econômicas locais, antes de iniciar um projeto educacional de qualidade, cumprindo as ações que são destinadas a estes projetos. De acordo com a Constituição Federal de 1988, as políticas públicas são organizadas em forma de leis para atender as demandas sociais, as necessidades coletivas e o bem comum. Portanto, a Constituição é clara e reconhece a necessidade de atender as especificidades locais de um bem comum a muitos.

Segundo Gadotti e Romão (2006), apesar de a Constituição definir a educação como um direito de todos, o que se observa são programas fragmentados com problemas de concepção pedagógica e metodológica. Neste âmbito, muitos programas surgem como alternativas assistencialistas de combate à exclusão social, com propostas pedagógicas que sugerem uma forma universalizada de trabalho sem levar em conta as peculiaridades locais de cada comunidade, ou seja, contextos e conteúdo que abrangem a diversidade étnica e cultural do país, desconsiderando as características locais das comunidades escolares. A alfabetização por si só não resolve.

As políticas públicas são fruto de uma pluralidade de forças sociais, sendo o principal instrumento para coordenar programas e também ações públicas para concretizar os direitos. Esse discurso não deve ficar somente na fala ou somente no papel, deve se efetivar. Mas, segundo Gohn (2011),isso nem sempre acontece, pois principalmente as políticas públicas destinadas à educação nem sempre saem dos planos das intenções. Nas últimas duas décadas, levando em consideração as políticas públicas de gestão, uns dos principais eixos das

demandas pela educação são políticas públicas que priorizem a educação com suportes orçamentários adequados. Movimentos de diferentes matrizes políticas da área da educação têm enfatizado fortemente essa questão. Eles denunciam que a educação tem prioridade nos discursos, mas, na prática efetiva dos planos, planejamentos e planilhas, não é prioridade.

Essas políticas vêm para contribuir com os direitos das pessoas e grupos sociais diversos e, em função disso, são universais. Não surgem para privilegiar ninguém, e sim para garantir direitos aos cidadãos que durante muito tempo foi marginalizada em uma sociedade que se diz democrática.

Políticas públicas são aquelas ações continuadas no tempo, financiadas principalmente com recursos públicos, voltadas para o atendimento das necessidades coletivas. Resultam de diferentes formas de articulação entre Estado e sociedade. A tomada de decisão quanto à direção da ação de desenvolvimento, sua estruturação em programas e procedimentos específicos (fundos de apoio, serviços, pesquisas, dentre outros), bem como a dotação de recursos é sancionada, na maioria das vezes, por intermédio de autores governamentais. A política pública pretende universalizar o acesso a direitos sociais tais como a educação. Envolve um conjunto de ações diversificadas e continuadas no tempo, voltadas para manter e regular a oferta de um determinado bem ou serviço, envolvendo, entre essas ações, projetos sociais específicos (CARVALHO, 2004).

Um dos grandes desafios das políticas públicas da educação do campo para o autor é contemplar, ao mesmo tempo, a universalidade e diversidade, possibilitando que o reconhecimento desse território ocorra mediante o acolhimento da diferença e o pertencimento se faça, do ponto de vista educacional, pela igualdade. Os cidadãos são desafiados a conceber e viabilizar, por meio das políticas públicas, o modo ou um jeito de pertencer ao mundo que tem, como ideal e orientação, enfrentar as desigualdades em todos os níveis, exigindo, com isso, a participação do campo num projeto de educação popular, gestado num âmbito dos movimentos sociais, que compartilham uma proposta de escola que não seja solitária, e sim solidária. A proposição parece ser simples, no entanto, não é. A mudança de “t” pelo “d” cria um novo e fecundo significado. Dessa escola, espera-se a conversa e o diálogo de todos com as grandes questões da vida, do país e da humanidade, bem como suas soluções e, ao mesmo tempo, o respeito aos interesses, à cultura e as especificidades do campo. E, assim sendo, o campo que interessa é um imenso espaço de vida, de amor e de produção de conhecimento (SOARES, 2005).

Percebe-se que o papel dos gestores públicos e sua forma de atuação, tornam-se cada vez mais importantes perante os desafios a serem superados e o Projovem Campo surge por meio de uma proposta da educação do campo como uma política pública de governo, para ajudar ao jovem camponês que não teve oportunidade de terminar o ensino fundamental no tempo previsto devido a uma série de fatores. Sendo assim, se faz necessário tomar conhecimento de algumas lutas que essa educação travou, assim como o ensino da EJA.

Para Rummert e Ventura (2007), nas políticas públicas aligeiradas que observa-se no Brasil, a modalidade de ensino que constitui a EJA apresenta-se como um direito do cidadão, tentando afastar-se da ideia de compensação e assumindo a reparação e equidade.

3.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

No desenvolvimento desigual, contraditório e combinado no campo, a reprodução ampliada do capital assume formas de apropriação para além da terra, gerando conflitos que torna a questão do campo no Brasil complexa e atual. As políticas vivenciadas pela classe trabalhadora que é uma das mais esquecidas, em meio a processos de subordinação lutam por uma Educação do Campo, essa educação constroi interfaces com a educação de jovens e adultos, poissegundo Siqueira (2016), esta análise passa necessariamente pelos movimentos decorrentes da história, onde se permeiam as próprias movimentações da educação popular e todas as políticas educacionais referentes a essa construção histórica, que durante séculos esteve voltada para as elites, enquanto as camadas populares, constituídas principalmente por negros e índios, ficavam à margem do conhecimento.

Desta forma, entende-se que diante da grande necessidade de uma educação do campo e para o campo o Estado por meio de atuações, programas e políticas públicas vem trazendo para esse público, condições para que permaneçam no seu lugar de origem, porém, grandes lutas aconteceram e ainda acontecem para que de fato isso seja consolidado. Como se vê a seguir, a luta para uma educação do campo e da EJA vem sendo travada há anos atrás, considerando a necessidade de promover a inclusão de atividades curriculares e pedagógicas direcionadas para um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário no campo, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB Nº 1 de 03/04/2002)(SILVA, 2011).

Da década de 1990 até a atualidade, a educação vem sendo construída a partir de relações de forças, a exemplo das Diretrizes para a Educação do Campo, entre outros projetos e programas que materializam a formação dos profissionais nessa área. Não se pode falar na

origem da Educação do Campo sem falar nos Movimentos Sociais do Campo, a exemplo do MST (Movimento dos sem Terra), pois perpassa por dilemas, desafios, perspectivas e lutas, para que fosse reconhecido esse profissional no mercado de trabalho (SILVA, 2011).

Esse modelo de escola nasce vinculado ao conceito de Educação Rural na década de 20 e com isso tornou-se necessário perceber qual educação está sendo oferecida no meio rural e qual a concepção de educação está presente nessa oferta. A Educação Rural surge em meio a interesses da burguesia, a fim de mostrar apenas a miséria, pobreza, alta evasão escolar, baixa escolarização, alto índice de repetência, entre outros (ARAÚJO, 2011).

A partir da década de 1950, inicia-se um processo de dualismo, em que o processo de industrialização e o da agricultura seguia caminhos distintos no Brasil. No cotidiano das relações sociais do campo/rural observam-se como os valores da urbanidade são impostos de forma marcante, misturando novos e velhos elementos, como partes do processo de “modernização conservadora capitalista” nas relações sociais de produção. Entre a década de 50 e 60 observou-se na história a migração das pessoas do campo para os centros das cidades à procura de empregos nas indústrias. Em 1960 surgiu às práticas da Educação Popular, que propunham a formação dos sujeitos de forma coletiva, o que adequou contribuições importantes para a elaboração das propostas pedagógicas da Educação do Campo (SILVA, 2011).

Uma nova proposta surgiu para a formação dos profissionais a partir da década de 80, sendo ainda pequenas tentativas de projetos. Com a Constituição Federal de 1988 foram “abertos” alguns caminhos e direitos que antes haviam sido negados. A partir de 2003, as discussões do campo foram retomadas, iniciando-se, então, uma grande mobilização para construir uma agenda específica para a educação do campo (LEAL; LIMA; CANIELLO, 2010).

Com este breve contexto referido, mostrou-se que durante muito tempo houve a exclusão ao direito à terra, e a educação no campo é um desafio para todos que fazem parte da educação, que objetivam incluir, de forma coletiva, todos esses sujeitos que durante muito tempo foram vítimas de exclusões advindas das elites brasileiras (LUNAS; ROCHA, 2009).

Em meio a esse processo de exclusão da educação do campo o ensino da EJA também travou ao longo da história, desde época da colonização do Brasil as poucas escolas que aqui existiam só tinham direito a estudar os filhos das classes altas ou médias, ou seja, a escola era privilégio de poucos, os filhos recebiam o ensino e para os jovens e adultos não era necessária uma alfabetização.

O pensamento pedagógico de Freire(2005), assim como sua proposta para a alfabetização de adultos, inspirou as principais propostas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país no início dos anos 1960. Ele concebe a educação como processo permanente, ou seja, durante toda a vida estamos nesse procedimento visando mudanças importantes e significativas que não termina jamais. Segundo o autor, a educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educandos. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos.

Não basta simplesmente construir escolas, é preciso atenção, cumprir com o que diz as políticas públicas de gestão, como também, construir políticas específicas com cada realidade local, pois só assim, apresentará avanços significativos(SOARES, 2005).

Partindo de uma concepção geral, vê-se que através da escola, família e sociedade o sujeito estabelece a conscientização para construção de um mundo melhor, pensa-se com mais convicção que há necessidade de uma mudança na estrutura educacional escolar, pois esse é o eixo condutor para despertar o educando para uma consciência crítica, ampliando a compreensão no processo de ensino-aprendizagem (FREIRE,1979).

Assim, a educação seja em qualquer situação tem que se avançar no que diz respeito a uma consciência crítica, educacional e social, onde todos tenham direito a participar e refletir sobre si mesmo e sobre o mundo, o homem se descobre e age em favor de mudanças significativas. Para Freire (1979), a mudança de percepção distorcida do mundo pela a conscientização é algo mais que a tomada de consciência, que pode inclusive ser ingênua.

Sendo assim, vê-se que é necessário entender o contexto do sujeito que se encontra na sala de aula, pois esse é o eixo condutor para despertar o educando para uma consciência crítica, ampliando sua compreensão acerca da importância desses conhecimentos através do ensino-aprendizagem e como eles vão somar para sua vida, onde todos tenham direito a participar e refletir sobre si mesmo, sobre o mundo; o homem se descobre e age em favor de mudanças significativas.

Freire(1999) concebe a educação como processo permanente, ou seja, durante toda a vida estamos nesse procedimento visando mudanças importantes que não termina jamais. E com políticas públicas de gestão que de fato aconteçam contribui para que o ensino aprendizagem tenha mais êxito.

Novas iniciativas têm surgido com o objetivo de contribuir com esse público, com isso,o jovem campo que nasce da proposta da Educação do Campo é pensado para os jovens e adultos, tendo como um facilitador do diálogo e da aprendizagem, onde o educador sabe

respeitar os limites e assim valorizar os conhecimentos individuais. O programa surge como uma ação colocada à “luz” para contribuir com a construção de um projeto contra hegemônico em curso, a fim de desfazer as formas de apropriação, no sentido de visualizar possibilidades de reapropriação pelos sujeitos que há muito tempo foram excluídos (SIQUEIRA, 2016).

3.3 PROJovem CAMPO – SABERES DA TERRA: BREVE CONTEXTO

Segundo Gaião (2015), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2005, em uma tentativa de sanar esta situação de abandono da juventude, instituiu a Política Nacional de Juventude, por meio da Medida Provisória 238 que substituída pela Lei Nº 11.129 de 30 de junho de 2005, a qual tem seus programas e ações voltadas para o desenvolvimento integral dos jovens. O Projovem, o qual foi conduzido pela Secretaria Nacional de Juventude e pelo Conselho Nacional de Juventude, órgãos acoplados à Secretaria Geral da Presidência da República, possibilita a inclusão dos jovens, a qualificação profissional e conseqüentemente a continuidade dos estudos.

Em 2007, a ação que denominava-se Saberes da Terra integrou-se ao Projovem; na cidade de Sumé-PB foi implementado em 2014 o Projovem Campo-Saberes da Terra, destinado ao desenvolvimento de uma política que fortaleça e amplie o acesso de jovens agricultores familiares, situados na faixa etária de 18 a 29 anos, no sistema formal de ensino, e sua permanência, tendo em vista a conclusão do Ensino Fundamental com qualificação social e profissional. É objetivo do programa contribuir para a formação integral do jovem do campo, potencializando a sua ação no desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e comunidades, por meio de atividades curriculares e pedagógicas, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB Nº 1 de 03 de abril de 2002) (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2010).

O Projovem era voltado ao segmento juvenil de 18 a 24 anos, com escolaridade superior a 4ª série (atualmente o 5º ano); para participar do programa, o aluno não poderia ter concluído o ensino fundamental e não poderia ter vínculo formal de trabalho. Este tinha como enfoque central a qualificação para o trabalho unido a implementação de ações comunitárias. Já o saber da terra atendia aos jovens agricultores na faixa etária de 15 a 29 anos que atuavam na agricultura familiar e que não concluíram o Ensino Fundamental, visando a qualificação social e profissional (www.portal.mec.gov.br, 2017).

O Programa Saberes da Terra teve início com uma experiência piloto, entre 2005 e 2007, como uma das ações que deveria constituir a política de Educação do Campo no Brasil, resultante da reivindicação dos movimentos sociais do campo, para atender a demanda de jovens e adultos da agricultura familiar que não tinham concluído sua escolarização em Ensino Fundamental. Na sua primeira versão, o Programa se estrutura a partir de uma parceria entre movimentos sociais, universidades, organizações não governamentais e alguns estados com participação de secretarias estaduais de educação (SIQUEIRA, 2016).

Os estudantes participantes recebem uma bolsa de R\$ 1.200,00 em 12 parcelas e têm de cumprir 75% da frequência, esse recurso vem do FNDE para os estados e/ou municípios que o programa atua. O curso, com duração de dois anos, é oferecido em sistema de alternância intercalando tempo-escola e tempo-comunidade. O formato do programa é de responsabilidade de cada estado ou município, de acordo com as características da atividade agrícola local. Os estudantes podem levar seus filhos com idade entre zero e oito anos no momento da aula, pois lá terá uma cuidadora para ficar com essas crianças em uma sala de acolhimento enquanto seus pais estão estudando(www.portal.mec.gov.br, 2017).

O programa é coordenado no âmbito federal por três instâncias que constituem a Gestão Nacional: Comitê Interministerial — formado por representantes do Ministério da Educação (MEC), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Meio Ambiente (MMA); o Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Comitê Pedagógico — composto pela equipe técnica dos Ministérios, parceiros e representantes pedagógicos dos movimentos sociais. Coordenação Executiva — realizada pela SECAD/MEC por meio da Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), composta por duas equipes de trabalho: Pedagógica e Monitoramento/Avaliação. Em âmbito estadual, a execução do Programa é de responsabilidade das Secretarias Estaduais de Educação e/ou municipais, que deverão se articular com Escolas Agrotécnicas, Instituições de Ensino Superior e organizações da sociedade civil que atuem na Educação do Campo. As coordenações estaduais, comissões de educação do campo, instituições formadoras, conselhos estaduais de educação e responsáveis pelos setores jurídico-administrativos coloca-se o desafio de recriar, no âmbito de suas atribuições específicas, as condições, instrumentos, rotinas, controles e regulamentos necessários e adequados para atender a esta política de educação adequada aos jovens do campo (www.portal.mec.gov.br, 2017).

Antes de ser uma proposta concreta, pronta e acabada, o currículo do programa orienta-se pelo diálogo constante com a realidade, na interação que os sujeitos com a identidade local onde moram, estruturando-se em questões que articulam os conteúdos a partir da realidade prática dos alunos. Esta concepção está em sintonia com o Plano Nacional de Qualificação: 2003-2007 (2003, p. 30) quando orienta que uma educação integral do(a) trabalhador(a) supere as práticas de qualificação profissional, tidas como treinamento imediatista, segmentado e pragmático. Por isso se faz necessário uma formação continuada com todos os professores que trabalham no programa.

A concepção de currículo integrado requer: um projeto pedagógico que tenha como eixos gerais articuladores os temas do trabalho e da cidadania, propondo uma construção curricular que envolva as dimensões técnico-científica, sociopolítica, econômica, metodológica e ético-cultural. Com isso, de acordo com a coleção de cadernos pedagógicos do jovem, o Programa Saberes da Terra baseia-se na construção de um currículo que tem como referência principal a formação humana e o modo de produção e reprodução da vida, ou seja, as relações sociohistóricas, políticas e culturais das comunidades do campo e, em âmbito maior, do Estado e do país. O foco do Programa é o jovem agricultor familiar, enquanto sujeito histórico, na dialética de sua realidade, problemática, projetos e potencialidades. A formação pretendida objetiva atender a uma formação geral integrada com a qualificação social e profissional aportada em itinerários formativos. Nela, a atualização dos conhecimentos necessários ao mundo do trabalho no campo sempre em mudança, deve necessariamente reconhecer, por um lado, o conhecimento-saber acumulado pelos (as) agricultores (as) familiares em sua cultura e sua trajetória e, por outro, a dimensão tecnológica e organizacional cada vez mais presente no campo (www.fn-de.gov.br, 2009).

Para que a formação seja de fato integrada é necessário construir pontes entre os conhecimentos e os saberes das áreas do ensino fundamental geral e os da qualificação social e profissional, de modo a garantir a resignificação e/ou apropriação de tecnologias específicas, dos processos de transformação presentes no campo, das temáticas de gestão e de controle dos processos produtivos, da organização do trabalho e da organização da produção em constante diálogo com as áreas de estudo que compõem o ensino fundamental programa (www.portal.mec.gov.br, 2017).

A formação contínua constitui processo privilegiado de interface das instituições formadoras com o profissional em exercício, permitindo o tratamento dos aspectos teóricos epistemológicos da formação em articulação com seus problemas concretos, valorizando os

processos de produção de conhecimentos construídos no trabalho docente, pelo envolvimento com a investigação e a pesquisa no campo da educação e de sua área específica (FREITAS, 2004).

Nesta perspectiva, a organização curricular está fundamentada no eixo curricular da Agricultura Familiar e Sustentabilidade que dialogará com os eixos temáticos: “Agricultura Familiar: Identidade, Cultura, Gênero e Etnia; Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial; Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; Economia Solidária e Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas” (BRASIL, 2010).

O currículo do Projovem Campo também dialoga com as áreas de conhecimento, assim como a educação do campo: Linguagem, código e suas tecnologias; Ciências Humanas, Ciências Naturais; Ciências Exatas e Ciências Agrárias. Essa proposta de organização curricular busca as contribuições da História, Biologia, Geografia, Matemática, entre outras áreas de conhecimento que compõe o currículo do ensino fundamental, para a compreensão e explicitação dos saberes presentes nos eixos temáticos. O conjunto dessa organização curricular atua valoriza os saberes das diferentes práticas produtivas camponesas, as tradições históricas e culturais dos camponeses (www.portal.mec.gov.br, 2017).

Os jovens iniciam a escolarização pelo Tempo Escola que correspondem ao período no qual os jovens permanecem efetivamente na unidade escolar com atribuições de aprendizagens sobre os saberes técnico-científicos dos eixos temáticos, planejamento e execução de pesquisas, atividades de acolhimento e organização grupal, entre outras atividades pedagógicas. Outro momento de organização do tempo e espaço formativo do Programa é o tempo comunidade correspondente ao período no qual os educandos realizam pesquisas, estudos e experimentações técnico-pedagógicas nas comunidades, com o objetivo de partilharem seus conhecimentos e suas experiências adquiridas na escola com as famílias ou instâncias de organização social(www.portal.mec.gov.br, 2017).

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A metodologia consiste em estudar, compreender e avaliar os vários métodos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica. Em um nível aplicado, examina, descreve e avaliam métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação. A metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade (PRODANOV, 2013).

Torna-se importante frisar que a pesquisa é fundamental para a construção de qualquer trabalho científico, pois ajuda nas inquietações que surgem ao longo do estudo. Fazer pesquisa, entre as variáveis, é defender uma ideia, fundamentando-a com bibliografias e dados extraídos do mundo real e/ou das páginas que são espelhos de mundo. É também fazer consultas por meio de questionários, deduções, implicações, comprovações, pessoas relacionadas, para mostrar com gráficos as análises e interpretações dos resultados obtidos com a pesquisa. É buscar novas informações a partir das já existentes e cruzar conhecimentos. É olhar para o mundo e perceber o "novo" (MOTA, 2011).

Para obter os dados necessários para elaboração da pesquisa, análise e interpretação de alguns dados, foi utilizada a bibliográfica, em que foram estudados livros, artigos científicos, internet, entre outros. Segundo Prodanov (2013), a pesquisa bibliográfica acontece quando elaborada a partir de material já publicado, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa.

Foi utilizada para a análise e discussão dos resultados a pesquisa documental primária, a fim de analisar os valores dos recursos que foram destinados ao programa no ano de 2014 até 2016.

Do ponto de vista da abordagem do problema, utilizou-se a pesquisa quali-quantitativa. Entende-se por pesquisa quantitativa aquela que é quantificável e qualitativa aquela que mantém uma relação direta com os dados e com o campo da pesquisa (PRODANOV, 2013).

Foram utilizados questionários com perguntas abertas, destinados aos estudantes e professores das escolas onde o programa atua. Para Lakatose Marconi (2003), questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o

pesquisado devolve-o do mesmo modo. Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do recebedor, no sentido de que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável.

O questionário tem muitas vantagens em uma pesquisa, podendo atingir um bom número de pessoas, que terão mais tempo de responder, evitando que o pesquisado se desloque muitas vezes para o local da pesquisa.

Os questionários aplicados nesta pesquisa foram constituídos por cinco questões abertas, tanto para os professores, quanto para os estudantes, tendo sido aplicados pela formadora do programa para os professores e, para os educandos, os próprios professores ficaram responsáveis pela sua aplicação. Para Nogueira (2002), “os questionários abertos, que têm como vantagem a característica de explorar todas as possíveis respostas a respeito de um item, servindo de base para a futura elaboração de um questionário fechado”.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados entre os educadores do Programa Projovem Campo-Saberes da Terra que atuam no Município de Sumé-PB, que desenvolvem atividades de docência. Do total de oito educadores, o programa conta com dois da área de Linguagem, código e suas tecnologias; dois da área das Ciências Humanas, Ciências Naturais; dois da área de Ciências Exatas e dois das Ciências Agrárias. Destes profissionais, cinco têm formação específica em Educação do Campo, os que atende à especificidade do programa, e dois são formados em Tecnólogo em Agroecologia. Também foram entrevistados vinte educandos das cinco escolas. Antes de responderem aos questionários, foi lido o termo de consentimento para seu conhecimento e assinatura, a fim de pautar os princípios éticos da pesquisa e resguardar o anonimato dos sujeitos envolvidos.

O campo de pesquisa foi o programa Projovem Campo-Saberes da Terra da cidade de Sumé-PB, que funciona em cinco escolas municipais, três localizadas na sede: UMEIEF Gonçala Rodrigues de Freitas, localizada no Bairro do Conjunto Habitacional, UMEIEF Presidente Vargas, no Bairro Alto Alegre, EMEFM Padre Paulo Roberto de Oliveira, no Bairro de Frei Damião e duas localizadas no campo: UMEIEF Senador Paulo Guerra, no Assentamento Mandacaru e UMEIEF José Bonifácio Barbosa de Andrade, situada no Distrito de Pio X.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente capítulo trata da descrição dos dados e discussão dos resultados, coletados a partir da pesquisa bibliográfica, documental e questionário. A partir dos dados coletados, percebe-se que o termo de adesão ao programa foi feito na edição de 2014 e as aulas iniciaram-se em abril do ano seguinte. A meta de alunos matriculados foi de 120, mas, de acordo com a pesquisa de campo realizada, atualmente o programa conta com 50 alunos frequentes.

A Figura 1 ilustra os repasses realizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Projovem Campo do município de Sumé-PB, no ano de 2014.

Figura 1 – Repasses do FNDE para o Projovem Campo de Sumé-PB no ano e 2014.

Liberações FNDE

FNE		Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação		Ministério da Educação		
:: LIBERAÇÕES - CONSULTAS GERAIS ::						
Entidade.: 08.874.935/0001-09 - PREF MUN DE SUME				Município.: SUME - PB		
TD -PROJOVEM - CAMPO - TD -PROJOVEM - CAMPO						
Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco	Agência	C/C
23/SET/2014	673025	122.550,00	PROJOVEM - Campo	BANCO DO BRASIL	2697	0000167606
Total:		122.550,00				

FONTE: www.fnde.gov.br, 2017.

Na Figura 2 estão apresentadas as informações referentes ao repasse realizado no ano de 2015 ao Projovem Campo-Saberes da Terra.

Figura 2 – Repasse do FNDE ao Projovem Campo-Saberes da Terra no ano de 2015.

Liberações FNDE

FNE		Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação		Ministério da Educação		
:: LIBERAÇÕES - CONSULTAS GERAIS ::						
Entidade.: 08.874.935/0001-09 - PREF MUN DE SUME				Município.: SUME - PB		
TD - PROJOVEM - CAMPO - TD - PROJOVEM - CAMPO						
Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco	Agência	C/C
15/JAN/2015	673006	122.550,00	PROJOVEM - CAMPO SABERES DA TERRA	BANCO DO BRASIL	2697	0000167606
Total:		122.550,00				

FONTE: www.fnde.gov.br, 2017.

A Figura 3 representa os repasses do FNDE ao Projovem Campo no ano de 2016.

Figura 3 – Repasses do FNDE ao Projovem Campo no ano de 2016.

Liberações FNDE

FNE		Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação		Ministério da Educação		
:: LIBERAÇÕES - CONSULTAS GERAIS ::						
Entidade.: 08.874.935/0001-09 - PREF MUN DE SUME				Município.: SUME - PB		
TD - PROJOVEM - CAMPO - TD - PROJOVEM - CAMPO						
Data Pgto	OB	Valor	Programa	Banco	Agência	C/C
06/JUL/2016	820586	212.721,00	PROJOVEM - CAMPO TRANSFERENCIAS	BANCO DO BRASIL	2697	0000167606
08/SET/2016	827500	171.360,00	PROJOVEM - CAMPO TRANSFERENCIAS	BANCO DO BRASIL	2697	0000167606
21/OUT/2016	832551	142.800,00	PROJOVEM - CAMPO TRANSFERENCIAS	BANCO DO BRASIL	2697	0000167606
Total:		526.881,00				

FONTE: www.fnde.gov.br, 2017.

De acordo com as Figuras 1 a 3, percebe-se que houve um atraso no repasse do recurso, visto que depois do repasse feito em janeiro de 2015, o próximo só foi realizado em julho de 2016, fazendo com que as aulas fossem interrompidas no município por falta de recursos para pagamento de profissionais e para gastos com gêneros alimentícios, entre outros. Segundo os professores, após esse retorno das aulas muitos educandos não voltaram para sala de aula, cerca de 50% (cinquenta por cento); esse dado nos mostra que o cumprimento do repasse financeiro destinado ao programa precisa de fato acontecer nas datas previstas, caso contrário, existirá uma desestruturação que afeta diretamente o público alvo.

Com relação às questões de auxílio financeiro para o deslocamento do profissional até o local das aulas, material didático adequado para o desenvolvimento das atividades e se

existem problemas decorrentes da falta de recursos para a realização das aulas, os(as) docentes responderam conforme ilustrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Demonstrativo das respostas dos(as) educadores(as).

CATEGORIA	SIM (%)	NÃO (%)
Formação continuada	100	0
Auxílio para deslocamento	80	20
Material didático adequado	100	0
Problemas decorrentes por falta de recurso para realização das aulas	100	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Os dados relacionados no Quadro 1 atestam que a falta de recurso atrapalha no desenvolvimento das aulas. Em uma das falas dos educadores, tem-se:

“Mediante os recursos que dispomos, enquanto ‘educador’, tentamos promover aulas dinâmicas e participativas, mas se tivéssemos recursos disponíveis para isso, poderíamos otimizar as aulas, para melhor construir o processo de ensino-aprendizagem”

Nas considerações feitas, os educadores frisaram que as bolsas dos educandos atrasam. Isso também contribui para que alguns fiquem desmotivados para continuar no programa.

Vale frisar que a importância da formação continuada foi destacada por todos os entrevistados. Observou-se que esta, de fato, tem ocorrido. É muito significativa a formação continuada e principalmente quando ela é contextualizada.

Defendemos uma Educação que compreende que o Semiárido constitui em si uma realidade particular que merece e deve ser tematizada na escola, nas suas problemáticas e potencialidades vendo na escola um espaço para a ampliação dos conhecimentos e saberes diversos. Uma Educação que valoriza o seu quadro de profissionais, pois, não podemos pensar a educação deixando de lado os seus profissionais, pois são eles que na prática efetivam a política e a proposta pedagógica. (REIS, 2005, p. 15).

Essa formação, que também pode ser chamada de formação permanente é de extrema importância, pois o educador vai analisando sua prática, junto com os seus colegas e descobrindo possibilidades de melhorar e enriquecer sua prática pedagógica.

A maioria destacou que tem auxílio para o deslocamento até as comunidades, pois no edital feito pela Secretaria Municipal de Educação estava previsto que os educadores iriam receber R\$1.100,00 (hum mil e cem reais), mas atualmente eles recebem R\$ 1.250,00 (hum

mil duzentos e cinquenta reais), havendo um acréscimo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Segundo os dados obtidos, 90% afirmam que existe material didático adequado para o público que o programa atende e isso ajuda bastante no processo de ensino-aprendizagem. Na fala de um professor, ele comentou que o material é adequado, mas o caderno pedagógico do arco ocupacional do Projovem Campo não chegou, e sim o do Projovem Urbano:

O material foi elaborado com base nas primeiras experiências em alguns estados do Brasil e os cadernos pedagógicos trazem temas a serem trabalhados de forma contextualizada, buscando sempre o empoderamento político e social dos jovens camponeses, em que cada temática é problematizada. Já os cadernos do Arco Ocupacional não chegaram até o município, pois o que chegou foi o do Projovem Urbano que apresenta características diferenciadas na concepção dos demais cadernos do programa. Foi necessário que o professor criasse e articulasse estratégias de adequação do material.

Segundo o Projeto Político-Pedagógico (2010), Arcos Ocupacionais são um conjunto de ocupações relacionadas, ou seja, que possuem base técnica comum, nesse caso, a agroecologia. Esses arcos devem abranger as esferas da produção e da circulação (produção rural, agroindústria, comércio, prestação de serviços), garantindo uma formação mais ampla e aumentando as possibilidades de inserção ocupacional do(a) trabalhador(a), como agricultor familiar, assalariado, autoempregado ou associado/cooperativado (economia solidária).

Entende-se que para o processo de escolarização desses jovens que são advindos do campo, se faz necessário que o material didático do Arco Ocupacional seja do Projovem Campo e não do Projovem Urbano, pois o público atendido reside em localidades diferenciadas.

No Quadro 2 estão apresentadas as opiniões dos(as) discentes com relação ao conhecimento da origem do programa, merenda destinada aos estudantes, recurso disponibilizado para seu deslocamento e problemas decorrentes da falta de recursos.

Quadro 2 – Demonstrativo das respostas dos(as) educandos(as).

CATEGORIA	SIM (%)	NÃO (%)
Conhecimento da origem do programa	100	0
Merenda para os estudantes	100	0
Recurso disponível para o deslocamento do aluno	0	100
Existem problemas decorrentes da falta de recursos	40	60

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Segundo os dados expostos no Quadro 2, os professores sempre procuram fazer o melhor de si para que os alunos possam aprender, mas quando se pergunta sobre se existem problemas decorrentes da falta de recursos, segundo os alunos pesquisados, mesmo os que responderam que não existem problemas, nas suas justificativas deixaram claro que precisa-se de mais recursos para se trabalhar com oficinas e projetos como mostra a fala desse educando:

Se o Governo Federal mandasse mais recursos para as escolas, seria possível fazer mais projetos e ajudaria aos jovens, pois eles sairiam dessa vida de crime, já que iria incentivar os alunos e jovens a fazer algo e diminuía assim a criminalidade nas ruas.

Entende-se que é muito importante trabalhar com projetos e os alunos tendem a obter um sucesso maior, visto que, ao se envolverem mais com o objeto do conhecimento, do cansaço de uma longa jornada diária de trabalho, vão assimilar melhor os conteúdos, evitando a evasão. Cabe ao professor, como articulador do conhecimento traçar esses objetivos, mas sem o apoio necessário, e com a ausência de recursos se torna mais difícil.

Em meio à desigualdade social, o programa vem a contribuir com esses jovens, fazendo com que todos tenham possibilidades de aprender. Segundo (Leontiev, 2004) “esta desigualdade não é somente a biológica, é um fruto da economia mal distribuída, das diferenças de classe que conseqüentemente levam a modos de vidas distintos”.

A falta de recurso para o deslocamento dos alunos até o local das aulas, segundo os dados obtidos não existe, porém, muitas comunidades rurais ficam longe das escolas onde o programa atua, mesmo o educando recebendo cem reais a cada dois meses de aula, não é suficiente para suprir essa necessidade, em uma das falas o educando diz que:

Deveria ter verba para o transporte dos alunos que moram no Sítio, quando falto nas aulas é porque fico cansada de ir a pé ou não tenho dinheiro para colocar o combustível.

Se pensar em uma proposta de ensino para esses jovens do campo, é pensar também em condições que os ajude a vencer algumas dificuldades, inclusive a falta de transporte.

Foi unânime o conhecimento da origem do programa, o qual afirmam que é do “Governo Federal”. Nenhum educando aprofundou sua resposta, o que leva a entender que eles não têm um aprofundamento referente à história que rege o programa, sendo interessante que os educadores levem isso como uma ideia a ser trabalhada com os alunos.

Com relação à merenda, 100% consideraram de boa qualidade e suficiente para eles e suas crianças que o programa atende. Isso é muito importante, pois para se ter uma boa aprendizagem, também é necessária que se tenha uma alimentação boa e de qualidade, segundo um aluno:

“A mesma merenda que é servida aos alunos do ensino regular também é servida aos do Projovem. Sei que é assim, pois minha filha estuda nessa escola pela manhã, o cardápio é o mesmo, não nos tratam diferentes, fico feliz”

Os alunos da EJA não devem se sentir inferiores aos alunos do ensino regular e perceberem que o programa não deixa que isso aconteça, a partir do momento que servem a mesma alimentação para todos, sem fazer distinção.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto e com as análises feitas, conclui-se que a organização do programa depende do repasse feito pelo Governo Federal, que porventura atrasa e não chega no tempo devido, desestruturando assim o calendário do programa, além de aumentar o número de desistência por parte dos educandos interferindo inclusive nas políticas públicas educacionais do programa.

Vale salientar que o Projovem Campo-Saberes da Terra, mesmo com as dificuldades, está se firmando no município de Sumé-PB, e inclusive os educandos se formam em setembro deste ano concluindo assim o fundamental II. Pela pesquisa feita, o município conseguiu isso devido à ajuda dos profissionais que na sua grande maioria atendem à demanda, já que são formados em Licenciatura em Educação do Campo, cumprindo um dos requisitos exigidos no perfil do programa.

Para os agentes públicos e, sobretudo para a União, ficam as reflexões de se repensar melhorias em suas políticas públicas de gestão, respeitando os prazos estabelecidos em suas resoluções e até mesmo acrescentando recursos que sejam capazes de suprir as necessidades locais.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, I. X.; SILVA, S.B. **Educação do Campo e a formação sociopolítica do educador**. Campina Grande-PB: Editora universitária da UEPB, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo – Saberes da Terra**. Brasília, 2010.
- CARVALHO, I. C. M. **A escola como projeto sociocultural e os projetos de trabalho na escola**. In: Boletim Vida e natureza, ambiente e cultura. MEC/TV Escola, abril, 2004.
- FNDE. Disponível em: www.fnde.gov.br, 2017. Acesso em: 08 de maio de 2017
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**: Sociedade Fechada e Inexperiência Democrática. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- _____. **Educação e Mudança**. 12ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos: teoria prática e proposta**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GAIÃO, T. **Projovem Urbano: direitos humanos à educação entre educadoras e educandos**. Campina Grande, 2015.
- GOHN, M.G. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. In: Revista Brasileira de Educação. V. 16, n.47, p. 333-512, 2011.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**, 5. Ed., São Paulo: Atlas, 2003.
- LEAL, F. de L. A.; LIMA, J. P.; CANIELLO, M. **A educação do campo como um conceito-movimento do campesinato brasileiro no século XXI? Reflexões a partir da experiência da Universidade Camponesa**. [S.l.: s.n], 2010. Trabalho apresentado no VIII Congresso Latino americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 2010.
- LUNAS, A. da C.; ROCHA, E. N. **Práticas pedagógicas e formação de educadores (as) do campo**: caderno pedagógico da educação do campo. Brasília: Dupligráfica, 2009.
- MEC. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 08 de maio de 2017.
- MOTA, A. **A importância da pesquisa na construção de conhecimento**, set. 2011. Disponível em: http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_64741/artigo_sobre_a-importancia-da-pesquisa-na-construao-de-conhecimento. Acesso em: 10 de agosto de 2017.
- NOGUEIRA, Roberto. **Elaboração e análise de questionários: uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD, 2002.
- PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico/Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. Ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- Projeto político pedagógico: Programa Nacional de Educação. Ministério da Educação e Cultura, 2010.
- REIS, Edmerson dos Santos Reis. **Projeto de Doutorado** apresentado à Universidade Federal da Bahia. Bahia: Salvador: 2005.

RODRIGUES, M. M. A.. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha (Coleção Folha Explica). 2011.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

RUMMERT, S. M.; VENTURA, J. P. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil**: a permanente (re) construção da subalternidade: considerações sobre os programas Brasil Alfabetizado e Fazendo escola. *Educar em Revista*, Curitiba, 2007.

SILVA, M. do S. A construção da licenciatura em educação do campo: espaço de diálogo e rupturas na universidade. In: AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cultura da mídia, história cultural e educação do campo** [et al.], (orgs). – João Pessoa: Editora da UFPB, p. 403-420, 2011.

SIQUEIRA, E. T. de. **Educação de Jovens e Adultos do Campo: a proposta do Projovem Campo Saberes da terra no município de Sumé**, Erivaldo Tiago de Siqueira, Sumé-PB: [s.n], 2016.

SOARES, Edla. **Bases para uma política pública de educação do campo**. Recife, 2005,. Mimeografado.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. *Sociologias*, Porto Alegre: ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

MEC. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 08 de maio de 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos discentes.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS – IUEES/UFCEG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM
ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO.

QUESTIONÁRIO

01. Você tem conhecimento da origem dos recursos para a realização do programa Projovem Campo-Saberes da Terra?
02. O programa tem cumprido com o fornecimento da alimentação para os seus estudantes?
03. Existe recurso para o deslocamento dos alunos até o local das aulas?
04. O material didático para a qualificação social e profissional, necessário para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, é suficiente e adequado?
04. Existem problemas decorrentes da falta de recursos para que a realização das aulas seja mais eficiente?
05. O que você acha que poderia ser feito para sanar estes problemas?

APÊNDICE B – Questionário aplicado aos docentes.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS – IUEES/UFPG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM
ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO.

QUESTIONÁRIO

01. São realizadas formações para o docente se atualizar com relação aos conteúdos e metodologias pedagógicas?
02. Existe auxílio financeiro para o deslocamento do docente até o local das aulas?
03. O material didático para a qualificação social e profissional, necessário para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, é suficiente e adequado?
04. Existem problemas decorrentes da falta de recursos para que a realização das aulas seja mais eficiente?
05. O que você acha que poderia ser feito para sanar estes problemas?

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido.

Prezado (a) Sr. (a)

Eu, **Maria Raquel Batista Lêla**, como aluna do Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase na Economia Solidária, da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Campos de Sumé, pretendo desenvolver uma pesquisa sobre **POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO DO PROJOVEM CAMPO-SABERES DATERRA NA CIDADE DE SUMÉ-PB: Perspectivas e desafios**, sob orientação da Profa. Dra. LenildeMérgia Ribeiro Lima (Pesquisadora responsável).

Será garantido o direito ao anonimato, assegurando sua privacidade. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão divulgados em eventos científicos da categoria e em periódicos.

Diante do exposto, reitero minha responsabilidade no referido estudo, através da assinatura abaixo.

Atenciosamente,

Nome completo

Fone: _____

Consentimento do voluntário

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu, _____, aceito participar desta pesquisa desde que assegurado anonimato. De minha parte o faço de livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado ou coagido para tal, e ciente que os dados da pesquisa serão usados pela responsável com propósitos científicos.

Sumé, _____

Assinatura do participante